



Pequena produção e (pequena) produção familiar; situação e destino

AGENOR GASPARETTO

Boletim Técnico 149

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
Órgão vinculado ao Ministério da Agricultura

Centro de Pesquisas do Cacau
Km 22 Rodovia Ilhéus-Itabuna
Bahia, Brasil
1987

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC
Vinculada ao Ministério da Agricultura

Presidente: Iris Rezende Machado, Ministro da Agricultura

Vice-Presidente: Roberto Fendt Júnior, Diretor da CACEX

Secretário-Geral: João Carlos Monteiro de Carvalho

Secretário-Geral Adjunto: José Carlos Simões Peixoto

Frederico Monteiro Álvares-Afonso

Coordenador Regional: Julival Fernandes Pereira

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Iris Rezende Machado

Ministro da Agricultura

Vice-Presidente: Roberto Fendt Júnior

Diretor da CACEX

Álvaro Fernandes da Cunha

Representante do Governo do Estado da Bahia

Gerles Gama

Representante do Governo do Estado do Espírito Santo

Orlantides Péricles de Carvalho Filho

Presidente do Conselho Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC

Araguacy Affonso Rego

Representante do Ministério da Indústria e do Comércio

José Geraldo Hosannah Cordeiro

Representante do Banco Central do Brasil

Aurélio Correa do Carmo

Representante do Governo do Estado do Pará

José Rodrigues do Prado

Representante do Governo do Estado de Rondônia

Jabes Souza Ribeiro

Representante da Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia

Humberto Salomão Mafuz

Representante dos Produtores de Cacau da Bahia

Albérico da Costa Brito

Representante dos Produtores de Cacau da Bahia

Hélio Bandeira Neves

Representante dos Produtores de Cacau da Bahia

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho

Representante dos Produtores de Cacau do Espírito Santo

Paulo Dias Morelli

Representante dos Produtores de Cacau do Pará

José Mendonça de Amorim Filho

Representante dos Produtores de Cacau de Rondônia

Paulo de Tarso Alvim Carneiro

Representante dos Empregados do Quadro Permanente da CEPLAC



Pequena produção e (pequena) produção familiar; situação e destino

AGENOR GASPARETTO

Boletim Técnico 149

**Centro de Pesquisas do Cacau
Rodovia Ilhéus – Itabuna, Km 22
Bahia, Brasil
1987**

PEQUENA PRODUÇÃO E (PEQUENA) PRODUÇÃO FAMILIAR; SITUAÇÃO E DESTINO

*Agenor Gasparetto**

INTRODUÇÃO

A pequena produção, particularmente no que diz respeito a seu papel e à sua sorte na ordem capitalista, vem sendo discutida nos meios acadêmicos e políticos desde o século passado.

Na atualidade, esse problema vem reassumindo lugar de relevância nas Ciências Sociais e conquistando crescentes espaços em todo o mundo ocidental, inclusive no Brasil.

Neste trabalho, objetivou-se, primeiramente, apontar o critério definidor da pequena produção, explicitando o conteúdo do conceito de pequena produção; num segundo momento, pretendeu-se retomar, em grandes linhas, a questão do destino da pequena produção de uma perspectiva teórica; e, num terceiro momento, analisou-se o caso da pequena produção na Região Nordeste, na Bahia e na Microrregião Cacaueira desse estado.

Este trabalho, na medida em que tomou como referencial empírico o Nordeste, mas enfatizando a região do cacau, visou, em última instância, apontar a real situação dessa pequena produção nessa região específica e, em razão disso, possibilitar uma tomada de decisão política, agrícola e agrariamente falando¹, com conhecimento de causa, portanto com conhecimento das possíveis repercussões sócio-econômicas resultantes de tal tomada de decisão.

* Divisão de Socioeconomia, Centro de Pesquisas do Cacau, APT CEPLAC, 45600 - Itabuna, Bahia, Brasil.

¹ Ver nota de rodapé na página seguinte: p. 4.

METODOLOGIA

Os dados empíricos utilizados foram dos Censos Agropecuários da Fundação IBGE de 1970, 1975 e 1980, portanto, dados secundários.

Trabalhou-se basicamente com números absolutos, percentuais e índices de evolução, que tiveram o ano de 1970 como o "ano zero" e base 100 o ano de 1975 como o "ano um" e o ano de 1980 como o "ano dois".

O universo geográfico limitou-se à região Nordeste, ao estado da Bahia e nesse as Microrregiões do Sudeste, e dentre essas os municípios componentes da Microrregião Cacaueira.

Acredita-se que a partir desse quadro será possível uma compreensão dos rumos que está tomando a pequena produção no Nordeste, mas particularmente em cada uma das Microrregiões de alguma forma ligadas à Microrregião Cacaueira. E nessa será explicitada a sorte da mesma enquanto forma de produzir a nível de municípios.

A unidade de análise perseguida neste trabalho foram os produtores familiares; contudo, tendo em vista que os Censos da Fundação IBGE não trabalham explicitamente com os conceitos de pequeno produtor e de unidades sociais e de trabalhos familiares, foram tentadas aproximações desses conceitos, daí a utilização dos termos "unidade de análise perseguida". Acredita-se que as aproximações aqui realizadas sejam altamente confiáveis.

Inicialmente, lançou-se mão da classificação dos produtores rurais no tocante à sua residência. Nesse sentido, tem-se como certa uma alta associação entre produtor residindo no estabelecimento agropecuário e no mesmo a mão-de-obra utilizada ser familiar, assim como entre produtor absentefista e a unidade socioprodutiva desse produtor estar alicerçada no trabalho assalariado. E visando reforçar os resultados nessa classificação de produtores, lançou-se mão também de suas respectivas áreas.

Em seguida, comparou-se a distribuição da população participante do processo

¹ Isto porque está-se assumindo os termos "agrícola" e "agrário" como diferentes, ainda que relacionados. Por "agrário" e expressões como "política agrária", "questão agrária", entre outras, entende-se a questão da terra agricultável de uma perspectiva política e social. Tem-se em mente as "relações de produção", o modo como a sociedade se organiza para produzir. Concretamente, se sob forma escravagista, se familiar, se assalariada etc. Por "agrícola", e expressões como "questão agrícola" entre outras, o eixo central da questão da terra desloca-se do social para o econômico e/ou agroeconômico. Concretamente, interessa aqui o "o quê", "o onde" e "o quanto" se produz. Em suma, passa-se da instância política à instância técnica. Maiores informações podem ser encontradas em Graziano da Silva (1982) e Graziano Neto (1982).

produtivo agrícola, em 1970, 1975 e 1980, entre trabalhadores assalariados – “empregados” – e trabalhadores familiares – “responsáveis e membros não remunerados da família”.

Por fim, tomou-se a variável “estabelecimentos sem pessoal contratado”, ou seja, estabelecimentos com mão-de-obra exclusivamente familiar.

O CARÁTER DISTINTIVO DA PEQUENA PRODUÇÃO

Inicialmente, faz-se necessário e oportuno explicitar o conteúdo do conceito de pequena produção, a fim de que haja uma única linguagem. É isto porque, embora pareça haver uma espécie de acordo tácito, um consenso acerca de seu significado, entre os que tratam do problema, ainda há muita confusão.

Nesse sentido, está-se ressaltando desde já que o caráter distintivo da pequena produção, entendida no seu sentido original e histórico, está na natureza da mão-de-obra nela utilizada. Em consequência, embora a expressão “pequena produção” signifique literalmente “pequeno volume de produção” não é este que a define; nesse sentido, ainda que possa vir a caracterizá-la, não a define.

O seu caráter distintivo também não está no valor da produção, pois esse também não passa de uma característica exterior da “pequena produção”.

Pelas mesmas razões, o seu caráter distintivo tampouco está na área possuída ou cultivada, assim como não está no índice de adoção de tecnologias modernas.

O fato de muitos pesquisadores do problema tomarem esses critérios como definidores da pequena produção é porque, via de regra, a mesma apresenta tais características, *embora não necessária e nem exclusivamente*.

O caráter distintivo da pequena produção deve ser buscado não nas suas características exteriores, mas no seu interior, isto é, no critério que a torna inconfundível, radicalmente diferente das “outras produções” ainda que, coincidentemente, também pequenas. É esse critério é a natureza da força de trabalho nela utilizada, isto porque nela o trabalho e o capital constituem uma unidade e essa unidade é sagrada, porque nisso está o elemento que a caracteriza e a singulariza².

² Há, contudo, casos em que tal unidade é problemática, constituindo-se em variantes da pequena produção propriamente dita, como na parceria e no arrendamento familiares. Nesses casos, o capital representado pelo fator terra, não pertence, juridicamente falando, ao parceiro ou ao arrendatário familiar, embora esse pequeno produtor, enquanto possuidor de fato de uma área de terra na qual pode realizar uma lavoura, uma vez que paga um “preço” por esse direito de exploração, a unidade entre capital e trabalho continua, em que pese a precariedade e a transitoriedade de tal situação. No entanto, já se trata de uma variante da pequena produção propriamente dita e tão logo cessa o contrato de parceria ou de arrendamento desaparece a condição de pequeno produtor familiar, pois se terá, então, um trabalhador despossuído do meio de produção básico da agricultura, ou seja, a terra.

É sagrada no sentido de que nenhum outro critério se lhe equivale ou substitui como definidor.

É evidente que haverá casos em que tal distinção se torna problemática em virtude do permanente processo de diferenciação social e econômica que nela tem lugar. Mas isto constitui um outro problema, ou seja, o da demarcação das fronteiras da pequena produção, uma vez que nela sempre haverá casos de transição, ou para o assalariamento puro e simples, ou para a condição de produtor que se valerá do assalariamento para produzir, isto é, capitalista.

Em decorrência do critério utilizado, tem-se, no caso da lavoura da Região, produtores familiares e produtores capitalistas. Por produtores familiares entende-se aqueles que se valem exclusiva ou predominantemente de seu trabalho e do trabalho de seus familiares; e por produtores capitalistas tem-se em mente aqueles que, para "tocar" suas lavouras, utilizam exclusiva ou predominantemente mão-de-obra alheia, pagando pela mesma um salário. Aqui trabalho e capital não constituem uma unidade. E aí radica-se a diferença crucial entre produção capitalista e produção familiar, entre pequena produção e (pequena) produção familiar.

Portanto, está-se aqui enfatizando que o conceito de pequena produção diz respeito *única e exclusivamente* à produção que se dá com base no trabalho familiar ou predominantemente familiar³. E isto independentemente das características que a mesma possa apresentar em termos de tamanho da propriedade, volume de produção, índice de tecnificação e de mecanização entre outros critérios, que, todavia, podem ser bons critérios, inclusive sociologicamente falando, mas não para conceituar pequena produção no seu sentido histórico e original.

A SORTE DA PEQUENA PRODUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Do ponto de vista puramente teórico, autores como CROUCH e JANVRY (1979) defendem a tese de que não há salvação para a pequena produção. E mais, não tem sentido esforços políticos que visem a permanência da mesma.

³ Do ponto de vista metodológico, o "predominantemente" familiar pode ser medido empiricamente, superando o problema provocado pela existência de trabalhadores permanentes e temporários, somando-se as jornadas de trabalho de cada forma. E caso se queira maior rigor, pode-se aproveitar distinção entre "tempo de produção" e "tempo de trabalho", feita por Marx (1984) e retomada por Mann e Dickinson (1985), considerando-se apenas, para definir a natureza de uma unidade sócio-produtiva "meio" familiar e "meio" capitalista, as jornadas relativas ao "tempo de trabalho" no processo produtivo propriamente dito, isto é, as jornadas efetivamente investidas na produção de valor de mercadorias. Familiares seriam, então, as unidades de trabalho e produção em que há um predomínio da força de trabalho familiar.

Na verdade, a idéia de que a pequena produção está condenada não é recente e teve, talvez, em LÊNIN (1980) seu principal expoente. Esse autor, assim como o próprio Marx, via a pequena produção como “resíduo” de formas de produção anteriores à capitalista. E o vocábulo “resíduo” sugere “coisa” a ser eliminada ou eliminável. Embora Marx não tenha respondido ao problema do destino da pequena produção de forma clara e definitiva (HELLER DA SILVA, 1984), parece mais coerente com seu universo teórico acreditar que o mesmo não via alternativas duradouras à pequena produção.

A propósito, em “A teoria da moderna colonização” (1984), Marx assim se refere: “o modo de produção e acumulação e, portanto, a propriedade capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio”.

Das primeiras afirmações acerca da ruína da pequena produção já se está a mais de um século de distância e, no entanto, a pequena produção continua existindo e coexistindo com a forma capitalista de produção e não apenas no contexto rural. E esse fato constitui-se num argumento dos defensores da tese da permanência continuada, ainda que subordinada, da pequena produção, como MARTINS (1981), TAVARES DOS SANTOS (1978 e 1981) entre outros no País, e CHAYANOV (1981), VERGOPOULOS (1977), Amin (1977), entre muitos outros no exterior.

Segundo MANN e DICKINSON (1985) há dois tipos básicos de teorias que tentam explicar as razões da permanência da pequena produção, isto é, das “unidades de trabalho familiar” fora da tradição marxista. O primeiro enfoque baseia seus argumentos num fator objetivo: a inovação tecnológica, que possibilitaria um aumento da produtividade do trabalho de tal forma que o produtor familiar resistiria ao avanço do capitalista (NIKOLITCH, 1962). O outro enfoque, subjetivista, baseia seus argumentos na capacidade de sobrevivência da pequena produção sem receber a “taxa média de lucro”, o que, para os defensores de tal teoria, como CHAYANOV (1981), esse fato se constituiria numa “vantagem comparativa” em relação à forma capitalista de produzir.

Já MANN e DICKINSON (1985), após tentativa de mostrar as insuficiências das teorias aqui delineadas, uma vez que nenhuma consegue explicar todos os casos, defendem a tese de que as explicações para a sobrevivência das unidades de trabalho familiar não devem ser buscadas na produção familiar em si mesma, mas nos obstáculos que o capital encontra para se desenvolver na agricultura.

Esses autores embasam seus argumentos numa distinção feita pelo próprio Marx entre “tempo de produção” e “tempo de trabalho”, entendendo-se pelo primeiro termo o tempo necessário para que se dê o processo produtivo por completo, e pelo segundo o tempo gasto em horas de trabalho humano para produzir. Para MANN e DICKINSON (1985), quanto mais o “tempo de produção” coincidir com o “tempo de trabalho” maior será a probabilidade da forma capitalista de produção tomar os espaços da forma familiar.

Participa-se da idéia de que o destino da (pequena) produção familiar, teoricamente falando, não está decidido. E está longe de o ser. Observa-se, contudo, que o destino da mesma está sendo decidido, em verdade, na realidade concreta, na trama de interesses que a constitui e configura; é nessa realidade rica em casos, ora confirmando a teoria, ora desmentindo-a, que a sorte da pequena produção vem sendo decidida. Sendo assim, doravante, tentar-se-á centrar a atenção na sorte da pequena produção no Nordeste, na Bahia e nas microrregiões fisicamente próximas à cacauicultura, mas sobretudo à sorte dessa forma de produzir nos municípios que compõem essa última microrregião.

Entende-se que a pequena produção no Nordeste, e sobretudo na lavoura cacauicultura, não tem mecanismos de defesa e que se deixada a sua própria sorte, isto é, pelas leis de mercado, fatalmente será eliminada, consolidando-se de forma completa o domínio da forma capitalista de produzir. E essa posição, no caso da lavoura cacauicultura, ao menos, não é gratuita, mas decorre da observação de alguns fatores objetivos.

O primeiro diz respeito à política agrícola adotada nos anos 70 com seu crédito subsidiado e seus projetos – Procacau, Proterra, Probor – que provocaram uma verdadeira substituição de produtores, embora não apenas dos produtores familiares. Nesse sentido, são oportunas as palavras de GRAZIANO DA SILVA et al. (1983) quando afirmou que a modernização afetou a economia camponesa – familiar – tanto interna como externamente, apresentando-se “como de alta relevância no direcionamento dos processos de diferenciação e decomposição do setor camponês em sentido ascendente e descendente, isto é, na direção de uma proletarianização ou de uma capitalização”.

O segundo refere-se à precariedade, em todos os sentidos, do produtor familiar na Região, historicamente condenado ao abandono e à desinformação no seu espaço de terra, via de regra, não titulado juridicamente falando. Sua situação de abandono e desinformação pelo poder público nestes tempos de altas taxas de inflação fez com que esse produtor, acostumado à sua roça e à sua pobreza, se perdesse no “milhão” que lhe ofereceram e que sempre sonhou possuir e só depois possuindo deu-se conta que o “milhão” dos seus sonhos não passava de uma miragem comparado àquele que tinha em mãos, descobrindo-se da noite para o dia num vendedor de uma mercadoria viva: ele próprio como mão de obra.

O terceiro refere-se ao interesse da grande empresa em todo o processo produtivo do cacau e não apenas na sua comercialização, industrialização e exportação. Na concorrência, o produtor familiar não tem condições de competir em pé de igualdade e acaba sendo eliminado.

O quarto diz respeito ao interesse que o fator terra ainda desperta nas pessoas do meio urbano que conseguem capitalizar. Um pedaço de terra e nesse uma roça

de cacau confere prestígio social aos que o possuem, ainda que pequeno. E a corrida pela terra de pequenos e grandes investidores urbanos, possuidores do "milhão" de que se refere CANETTI (1983), vem desalojando os pequenos produtores familiares fascinados e iludidos por um "milhão" esvaziado, um tostão, uma miragem, uma caricatura do outrora poderoso "milhão".

Contudo, é bom não subestimar o peso da situação de precariedade, pobreza e abandono a que o pequeno produtor esteve condenado desde sua chegada à Região, isto é, nas últimas décadas do século passado e primeiras deste, principalmente, obcecado pela idéia de fazer uma roça de cacau e enriquecer.

Não obstante, participa-se do ponto de vista de MANN e DICKINSON e se está atribuindo a eliminação da forma familiar de produzir na lavoura cacauzeira à viabilidade dessa lavoura se dar em bases capitalistas, pelo menos em conjunturas de preços no mercado internacional favoráveis à cacauicultura como as verificadas a partir de 1973 até pelo menos 1985.

Diante desse quadro, o destino da pequena produção parece irreversível caso a mesma seja deixada à sua própria sorte.

O DESTINO DA PEQUENA PRODUÇÃO NO NORDESTE, NA BAHIA E NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO SUDESTE DESTE ESTADO

Após a explicitação do caráter distintivo da pequena produção, de posturas teóricas diante de sua situação e destino na ordem capitalista, faz-se necessário analisá-la empiricamente, através de dados aproximados, uma vez que os Censos agropecuários não trabalham especificamente com o conceito de pequeno produtor adotado neste trabalho.

A consideração dos dados da Tabela 1 prendeu-se ao pressuposto de haver nesta região do país, uma quase coincidência entre ser produtor familiar e residir no estabelecimento e ser capitalista e não residir no mesmo.

Da Tabela 1 pode-se afirmar que a proporção de produtores residentes nos estabelecimentos agropecuários no total de estabelecimentos na região Nordeste praticamente não difere da Bahia (superior a 70 por cento), embora nas Microrregiões Homogêneas Cacaueira, Encosta do Planalto de Conquista e Pastoril de Itapetinga a realidade seja outra (inferior a 60 por cento, em 1970, e inferior a 50 por cento, em 1980).

Na série histórica 1970, 75 e 80 observa-se que houve pouca alteração do quadro de 1970 a 1975, verificando-se inclusive pequeno acréscimo percentual no Estado da Bahia e nesse, nas Microrregiões do Planalto de Conquista e da Encosta do Planalto de Conquista. Contudo, de 1975 a 1980 o quadro começa a alterar-se significativamente, sendo que nas microrregiões Cacaueira, Encosta do Planalto de

Tabela 1 Percentuais de produtores residentes nos estabelecimentos no total de estabelecimento na região Nordeste, no Estado da Bahia e nas Microrregiões Homogêneas localizadas a Sudeste desse estado em 1970, 1975 e 1980.

Unidade Geográfica	Anos		Diferença		Diferença	Diferença
	1970	1975	1975/70	1980	1980/75	1980/70
MRH Cacaueira	55.3*	51.7*	-7,0	44.3*	-16,7	-24,8
MRH Encosta do Planalto de Conquista	55.9*	57.8*	3,4	49.1*	-17,7	-13,8
MRH Pastoril de Itapetinga	56.5*	56.2*	-0,5	47.6*	-18,1	-18,7
MRH Tabuleiros de Valença	69.4	68.6	-1,2	69.7	1,6	0,4
MRH Interiorana do Extremo Sul	75.7	73.1	-3,1	62.6	-16,8	-20,9
MRH Litorânea do Extremo Sul	81.1	78.3	-3,6	67.6	-15,8	-20,0
MRH Planalto de Conquista	86.7*	87.7*	1,2	83.8*	-4,6	-3,5
Bahia menos MRH Cacaueira	76.6	80.1	4,6	74.9	-6,9	-2,3
Bahia	75.6	78.9	4,4	73.5	-7,3	-2,9
Região Nordeste	71.3	73.7	3,4	70,9	-3,9	-0,6

$\bar{X}$ 1970: 70,4; $\bar{X}$ 1975: 70,6; $\bar{X}$ 1980: 64,4 onde $\bar{X}$ = média
dp 1970: 11,1; dp 1975: 11,8; dp 1980: 13,2 onde dp = desvio padrão

*Afastamento de mais de um a dois desvios-padrão da média.

FONTE: Censos Agropecuários da Fundação IBGE 1970, 1975 e 1980.

Conquista, Pastoril de Itapetinga, Interiorana e Litorânea do Extremo Sul a redução percentual foi superior a 15 por cento. E com exceção da microrregião Tabuleiros de Valença, que apresentou um acréscimo percentual de 1,6 nesse período, registrou-se uma redução do percentual. Caso se considere o período de 1970 a 1980, em todas as unidades geográficas analisadas observaram-se reduções.

A Tabela 2 confirma tendência observada a partir da análise dos dados da Tabela 1. Aqui, com exceção da Microrregião Cacaueira que apresentou uma redução do percentual de área dos produtores residentes muito expressiva ainda entre 1970 a 1975, 74,3 por cento, e uma redução entre 10 e 11 por cento nas Microrregiões Encosta do Planalto de Conquista e Litorânea do Extremo Sul, nas demais unidades geográficas o quadro não se alterou muito. Contudo, no período de 1975 a 1980 o processo toma significação, observando-se uma redução do percentual de área dos produtores residentes em todos os casos superior a 10 por cento, sendo essa redução superior a 59 por cento nas Microrregiões Encosta do Planalto de Conquista, Pastoril de Itapetinga e Litorânea do Extremo Sul, que apresentam juntamente com a Cacaueira, menores percentuais de área em poder dos produtores residentes no estabelecimento. De 1970 a 1980, esse processo foi mais intenso nas Microrregiões Cacaueira (141,4 por cento), Encosta do Planalto de Conquista (96,1 por cento), Litorânea do Extremo Sul (76,8 por cento) e Pastoril de Itapetinga (58,9 por cento). A nível de Bahia, a redução no período foi de 26,0 por cento.

Tabela 2 Percentuais de área dos produtores residentes no estabelecimento no total de área dos estabelecimentos na região Nordeste, no Estado da Bahia e nas Microrregiões Homogêneas situadas a sudeste da Bahia em 1970, 1975 e 1980.

Unidade Geográfica	Anos		Diferença		Diferença	
	1970	1975	1975/70	1980	1980/75	1980/70
MRH Encosta do Planalto de Conquista	30.6*	27.8*	-10,1	15.6*	-78,2	-96,1
MRH Pastoral de Itapetinga	31.3*	33.1*	5,6	19.7*	-68,0	-58,9
MRH Tabuleiro de Valença	53.5	54.0	0,9	42.2	-28,0	-26,8
MRH Interiorana do Extremo Sul Bahia	54.5	52.3	4,0	36.8	-42,1	-48,1
MRH Cacaueira	57.7	33.1*	-74,3	23.9	-38,5	-141,4
MRH Litorânea do Extremo Sul Bahia	60.3	54.4	-10,8	34.1	-59,5	-76,8
MRH Planalto de Conquista	67.4*	66.3*	-1,7	59.6*	-11,2	-13,1
Bahia menos MRH Cacaueira	54.0	54.8	1,5	43.9	-24,8	-23,0
Bahia	54.2	53.6	-1,1	43.0	-24,6	-26,0
Região Nordeste	55.3	56.5	2,2	48.7	-16,0	-13,6

X 1970: 51,9; X 1975: 48,6; X 1980: 36,7

dp 1970: 11,8; dp 1975: 12,6; dp 1980: 13,7.

*Afastamento de mais de um a dois desvios-padrão da média.

FONTE: Censos Agropecuários da Fundação IBGE 1970, 1975 e 1980.

Em resumo, o processo de eliminação da forma familiar de produzir, que via de regra, supõe um produtor residente no estabelecimento, é mais intenso quando se analisa a variável área possuída por residentes e absenteístas.

As regiões situadas a Sudeste do Estado da Bahia, como pode ser visualizado nas tabelas anteriores, apresentaram realidades diversas. Dentre essas microrregiões, a Cacaueira apresentou um processo mais intenso, o que não significa dizer mais adiantado.

As diferenças observáveis a nível de município da Microrregião Homogênea Cacaueira evidenciaram, como pode ser visto nas tabelas que seguem, que a homogeneidade não é tanta assim.

Uma primeira observação acerca da Tabela 3 é que está se reduzindo o percentual dos produtores residentes no estabelecimento agropecuário, isto sobretudo ocorreu de 1975 a 1980.

Uma segunda observação refere-se ao fato de que isso se verificou em todos os municípios, com exceção de três: Almadina, Aurelino Leal e Gandu.

E, uma terceira observação é de que essa redução foi mais intensa em Lomanto Júnior (346,0 por cento), Coaraci (152,8 por cento), Itabuna (61,9 por cento), Canavieiras (48,7 por cento) e Ubaitaba (46,9 por cento).

Tomando a variável área possuída pelos produtores residentes no estabelecimento é possível reobservar o fenômeno do esvaziamento do meio rural como habitat do produtor rural, com a diferença de que o processo é mais evidente. Con-

Tabela 3. Percentuais de produtores residentes no estabelecimento no total de estabelecimentos nos municípios da Microrregião Homogênea Cacaueira, 1970, 1975 e 1980.

Anos e Diferenças	1970	1975	Diferença 1975/70	1980	Diferença 1980/75	Diferença 1980/70
Municípios						
Itajulpe	24.2*	23.0*	-5,2	20.4*	-12,7	-18,6
Belmonte	26.2*	27.8*	6,1	23.2*	-19,8	-12,9
B. Preto	28.1*	26.6*	-5,6	6.3**	-322,2	-346,0
Almadina	32.6*	38.9	19,3	38.6	-0,8	18,4
Itabuna	35.3*	27.1*	-30,3	21.8*	-24,3	-61,9
Ibicaraí	35.9*	33.6	-6,8	26.7	-25,8	-34,5
Coaraci	36.4*	31.4*	-15,9	14.4*	-18,1	-152,8
Itapitanga	40.4	41.8	-3,5	27.6	-51,4	-46,4
Buerarema	46.2	42.6	-8,4	42.1	-1,2	-9,7
A. Leal	49.7	40.0	-24,2	59.2	48,0	19,1
Itapé	50.2	50.0	-0,4	35.5	-40,8	-41,4
Camacã	51.1	46.2	-10,6	39.2	-17,9	-30,4
Canaveiras	51.6	46.7	-10,5	34.7	-34,6	-48,7
Uruçuca	52.2	50.8	-2,8	38.9	-30,6	-34,2
B. Rocha	53.4	58.7	9,9	43.4	-35,2	-23,0
Gandu	54.5	64.6	18,5	66.0*	2,2	21,1
Mascote	54.6	40.5	-34,8	45.3	11,9	-20,5
Gongogi	55.6	47.5	-17,0	52.9	11,4	-5,1
Ipiaú	56.5	52.9	-6,8	45.5	-16,3	-24,2
Una	61.1	64.2	5,1	46.2	-39,0	-32,2
Ubaitaba	62.0	53.5	-16,0	42.2	-26,8	-46,9
Ilhéus	62.7	49.5	-26,7	46.8	-5,8	-34,0
Itamarí	65.2	72.9*	11,8	63.1*	-15,5	-3,3
Itacaré	67.7	77.8*	14,9	52.8	-47,3	-28,2
Ibirataia	70.8*	64.7	-9,4	51.5	-25,6	-37,5
Ubatã	77.9*	60.9	-27,9	60.2	-1,2	-29,4
W. Guimarães	81.8*	78.1*	-4,7	72.7*	-7,4	-12,5
Teolândia	86.6**	89.9**	3,8	85.5**	-5,1	-1,3

X 1970: 52,5 X 1975: 50,1 X 1980: 43,0

dp 1970: 16,3 dp 1975: 17,4 dp 1980: 17,9

* Afastamento de mais de um a dois desvios-padrão da média;

**Afastamento de mais de dois a três desvios-padrão da média

FONTE: Censos Agropecuários da Fundação IBGE 1970, 1975 e 1980.

tudo, fazendo exceção a essa tendência, estão Aurelino Leal, que revelou um acréscimo de 137,1 por cento da área em poder dos produtores residentes; Itapitanga, com um acréscimo de 57,7 por cento; Belmonte, com um acréscimo de 43 por cento; e Gongogi com um acréscimo de 29,1 por cento.

Contudo, há que se ter em mente que é possível a existência de grandes produtores capitalistas, ainda que raro, habitando no meio rural. Esses podem induzir a uma análise enviesada.

As tabelas 5 e 6 mostram a evolução dos assalariados (permanentes mais temporários) comparada à evolução dos familiares (incluídos na categoria "Responsá-

veis e membros não remunerados da família"). E mostram a razão assalariado/familiar em 1970, 1975 e 1980.

Os dados da Tabela 5 revelam um maior crescimento percentual dos assalariados em relação aos familiares em todas as unidades geográficas analisadas, sendo que nas microrregiões Litorânea e Interiorana do Extremo Sul da Bahia observou-se uma redução dos familiares em termos inclusive absolutos. A propósito, o crescimento mínimo do percentual de assalariados nas microrregiões foi de 102,5 por cento na Pastoril de Itapetinga (predomínio da pecuária bovina) e o crescimento máximo do percentual de familiares ocorreu nas Microrregiões Tabuleiros de Valença, 41,2 por cento.

Tabela 4. Percentuais de área dos produtores residentes no estabelecimento no total de área dos estabelecimentos agropecuários nos municípios da Microrregião Cacaueira da Bahia, em 1970, 1975 e 1980.

Municípios	Anos e Diferenças			Diferença 1975/70	Diferença 1980/75	Diferença 1980/70
	1970	1975	1980			
Belmonte	10.7*	27.7	15.3	158,9	-81,0	42,9
B. Preto	12.5*	11.2*	4.5*	11,6	-148,9	-177,8
Itapitanga	13.7*	20.5	21.6	49,6	5,3	57,6
Itajuípe	14.2*	12.6*	8.3*	-12,7	-51,8	-71,1
Gongogi	17.5	23.4	22.6	33,7	-3,5	29,1
Almadina	20.0	9.5*	12.9	-110,5	35,7	-55,0
Coaraci	20.1	18.7	4.8*	-7,5	-289,6	-318,7
Itabuna	21.5	15.6	7.5*	-37,8	-108,0	-186,7
Ibicaraí	22.0	17.1	11.0	-28,6	-55,4	-100,0
Buerarema	23.0	21.0	20.0	-9,5	-5,0	-15,0
Uruçuca	26.1	38.0	15.6	45,5	-143,6	-67,3
Aurelino Leal	26.7	17.9	63.3	-49,2	253,6	137,6
Itapé	26.9	23.3	16.2	-15,4	-43,8	-66,0
Ubaitaba	27.9	28.1	15.0	-0,7	-87,3	-86,0
Camacã	31.1	31.7	21.2	1,9	-49,5	-46,7
Ipiaú	35.9	35.1	32.0	-2,3	-9,7	-12,2
B. Rocha	36.8	33.7	27.0	-9,2	-24,8	-36,3
Una	37.0	36.9	21.9	-0,3	-68,5	-68,9
Gandu	39.2	45.5	39.4	16,0	-15,5	0,5
Itacaré	41.6	50.0	26.7	20,1	-87,3	-55,0
Canavieiras	44.1	34.7	24.2	-27,1	-43,4	-82,2
Ilhéus	45.3	31.3	18.7	-40,2	-67,4	-142,2
Mascote	51.2	34.0	32.2	-50,6	-5,6	-59,0
Itamari	52.6	57.0*	39.4	8,3	-44,7	-33,5
Ibirataia	54.3*	43.5	33.0	-24,8	-31,8	-64,6
Ubatã	62.8*	42.3	32.7	-48,5	-29,4	-92,0
W. Guimarães	72.4**	74.9**	37.1	3,4	-101,9	-95,1
Teolândia	82.9**	79.9**	78.4**	-3,7	-1,9	-5,7

$\bar{X}$ 1970: 34,6 $\bar{X}$ 1975: 32,7 $\bar{X}$ 1980: 25,9

dp 1970: 18,4 dp 1975: 17,4 dp 1980: 16,5

*Afastamento de mais de um a dois desvios-padrão da média.

**Afastamento de mais de dois a três desvios-padrão da média.

FONTE: Censos Agropecuários da Fundação IBGE 1970, 1975 e 1980.

Tabela 5 Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários na região Nordeste, no Estado da Bahia e nas microrregiões do Sudeste desse estado, em 1970, 1975 e 1980.

Unidades Geográficas	Anos e Categorias	Empregados (I)			Responsáveis e membros não remunerados da famí- lia (II)			Razão I/II		
		Índice de Evolução			Índice de Evolução					
		1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
MRH Cacaueira		100	134,5	255,3	100	109,1	135,0	1,45	1,02	1,56
MRH Encosta do Planalto de Conquista		100	117,1	209,2	100	101,7	129,0	0,70	0,81	1,14
MRH Pastorel de Itapetinga		100	182,2	202,5	100	112,7	114,1	0,56	0,91	1,00
MRH Talasleiros de Valença		100	172,7	244,8	100	103,9	141,2	0,27	0,45	0,47
MRH Interiorana do Extremo Sul		100	243,5	284,8	100	75,7	75,7	0,19	0,60	0,71
MRH Litorânea do Extremo Sul		100	169,7	230,3	100	100,1	75,4	0,18	0,30	0,54
MRH Planalto de Conquista		100	188,2	300,4	100	122,2	123,8	0,10	0,16	0,25
Bahia menos MRH Cacaueira		100	142,9	201,9	100	99,4	112,6	0,13	0,18	0,47
Bahia		100	141,3	211,9	100	101,3	115,1	0,16	0,22	0,56
Região Nordeste		100	141,3	267,7	100	117,6	113,7	0,12	0,14	0,60

O predomínio das relações capitalistas nas unidades sócioprodutivas, em 1980, ocorreu nas Microrregiões Cacaueira, 1,56 assalariado por um familiar, e na Encosta do Planalto de Conquista, 1,14 assalariado por familiar. No outro extremo está a Microrregião do Planalto de Conquista, com 0,25 assalariado por familiar.

Já a nível de municípios da Microrregião Homogênea Cacaueira as diferenças se acentuam, variando, em 1980, de 0,30 assalariado por um familiar no município de Teolândia para 10,9 por um no município de Lomanto Júnior. No período de 1970 a 1980, apenas no município de Ilhéus, com extensas áreas até poucos anos atrás tidas como impróprias à cacauicultura, é que apresentou uma redução dessa relação, passando de 1,32, em 1970, para 1,02 assalariado por familiar, em 1980.

Com exceção de nove municípios que apresentaram crescimento do percentual de assalariados inferior a 100 por cento, embora superior a 67 por cento, os demais mais que dobraram o percentual de crescimento sendo que em seis esse acréscimo foi superior a 300 por cento entre 1970 a 1980.

O pessoal ocupado na condição de Responsáveis e membros não remunerados da família apresentou um crescimento percentual bem menor, sendo que em oito casos observou-se uma redução dos familiares inclusive em termos absolutos.

Por fim um indicador bastante seguro da situação e da sorte da forma familiar de produzir são os “estabelecimentos sem pessoal contratado”, ou seja, as unidades

sociais e de produção que para "tocar" suas roças utilizam mão-de-obra exclusivamente familiar. Esse indicador revela a realidade da forma familiar de produção na sua versão mais pura.

Os resultados da Tabela 7 confirmam a tendência de eliminação progressiva da forma familiar de produzir, particularmente nas microrregiões homogêneas situa-

Tabela 6 Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da Microrregião Homogênea Cacaueira, em 1970, 1975 e 1980.

Unidades Geográficas	Empregados (I)			Responsáveis e membros não remunerados da família (II)			Razão I/II		
	Índice de Evolução			Índice de Evolução					
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Teolândia	100	152,3	317,5	100	144,1	126,1	0,12	0,13	0,30
Itacaré	100	236,5	526,8	100	64,7	108,4	0,16	0,59	0,78
Mascote	100	183,9	476,1	100	91,4	99,9	0,33	0,67	1,58
Itamarí	100	243,1	453,1	100	83,2	221,6	0,33	0,98	0,68
W. Guimarães	100	66,8	182,5	100	69,5	84,8	0,35	0,34	0,76
Ubatã	100	104,9	302,5	100	50,6	63,8	0,38	0,79	1,81
Belmonte	100	314,4	492,9	100	107,7	120,5	0,46	1,36	1,90
Itapé	100	164,3	147,2	100	61,6	59,9	0,54	1,44	1,32
Una	100	167,8	709,9	100	121,7	196,8	0,57	0,78	2,05
Ubaitaba	100	311,0	464,2	100	94,8	127,6	0,61	1,98	2,20
Canavieiras	100	109,1	205,6	100	178,0	152,5	0,64	0,39	0,86
Camacã	100	117,0	218,0	100	155,1	124,7	0,95	0,72	1,66
Ibirataia	100	82,6	309,0	100	115,3	151,6	0,98	0,70	2,00
Buerarema	100	138,7	163,5	100	53,7	155,4	0,98	2,54	1,04
Aurelino Leal	100	182,3	294,9	100	38,9	58,0	1,02	4,78	5,19
Gandu	100	115,2	245,2	100	105,2	227,9	1,04	1,14	1,12
Barra do Rocha	100	296,7	496,9	100	123,1	117,7	1,21	2,91	5,37
Itapitanga	100	114,3	354,7	100	70,9	229,4	1,23	1,98	1,90
Ilhéus	100	107,0	167,2	100	153,8	215,5	1,32	0,92	1,02
Almadina	100	114,6	254,4	100	229,2	182,3	1,44	0,72	2,02
Ibicaraí	100	89,0	169,0	100	80,7	172,3	1,59	1,76	1,56
Ipiaú	100	155,1	330,0	100	95,8	170,3	1,67	2,71	3,24
Uruçuca	100	91,5	196,5	100	208,0	118,7	1,73	0,76	2,87
Gongogi	100	184,5	184,0	100	130,2	42,0	1,78	2,52	7,78
Itabuna	100	146,2	182,3	100	67,9	84,1	1,78	3,83	3,86
Coaraci	100	161,4	185,0	100	197,7	178,0	2,05	1,68	2,14
Rajuípe	100	122,4	193,9	100	94,4	113,6	2,17	2,82	3,71
Lomanto Júnior	100	97,0	227,3	100	58,8	48,8	2,34	3,86	10,92

Tabela 7. Percentuais de estabelecimentos sem pessoal contratado no total de estabelecimentos na região Nordeste, no Estado da Bahia, e nas Microrregiões Homogêneas situadas a Sudeste desse estado, em 1970, 1975 e 1980.

Anos e Diferenças	1970	1975	Diferença 1975/70	1980	Diferença 1980/75	Diferença 1980/70
Unidades Geográficas						
MRH Pastoril de Itapetinga	42,8	36,3	-17,9	42,1	16,0	-1,7
MRH Encosta do Planalto de Conquista	44,9	43,9	-1,0	47,7	7,5	6,2
MRH Cacaueira	55,0	48,3	-13,9	46,2	-1,6	-19,0
MRH Planalto de Conquista	66,2	75,7	14,3	75,8	0,1	14,5
MRH Interiorana do Extremo Sul Bahia	72,0	40,3	78,7	54,6	35,5	-31,9
MRH Litorânea do Extremo Sul Bahia	76,6	67,7	-13,1	63,4	6,8	-20,8
MRH Tabuleiros de Valença	80,7	71,1	-13,5	75,9	6,7	-6,3
Bahia menos MRH Cacaueira	84,3	83,4	-1,0	83,1	-0,4	-1,4
Estado da Bahia	83,0	81,9	-1,0	81,4	0,6	-2,5
Região Nordeste	86,9	88,7	2,1	83,0	-6,9	-4,7

$\bar{X}$ 1970: 69,2 $\bar{X}$ 1975: 65,1 $\bar{X}$ 1980: 50,9

dp 1970: 16,4 dp 1975: 13,7 dp 1980: 14,5

das no Extremo Sul da Bahia, Litorânea e Interiorana, assim como na Cacaueira.

Entretanto, apesar da tendência de diminuição da participação percentual dos estabelecimentos de 1970 a 1980, é ainda alto o percentual dos mesmos na maioria das unidades geográficas analisadas, muito embora, em 1975 e 1980 esse percentual fosse inferior a 50 por cento nas microrregiões Pastoril de Itapetinga, Encosta do Planalto de Conquista e Cacaueira. Contrariando tendência geral, observou-se no período um crescimento percentual dos estabelecimentos sem pessoal contratado nas Microrregiões Homogêneas Planalto de Conquista (14,5) e Encosta do Planalto de Conquista (6,2).

Se a nível de Microrregiões, Bahia e Nordeste a redução foi mais expressiva entre 1975 e 1980, em 21,8 por cento, no interior da Microrregião Cacaueira a redução ocorreu principalmente entre 1970 e 1975, em 15,7 por cento.

Contudo, se o percentual de estabelecimentos que utilizaram mão-de-obra exclusivamente familiar, em 1980, nas Microrregiões, na Bahia e na Região Nordeste constitufam 50,9 por cento, na Microrregião Cacaueira esse percentual era de apenas 40,1 por cento.

Os dados da Tabela 8, uma vez mais, atestam a heterogeneidade existente no interior da Microrregião Homogênea Cacaueira. A título de ilustração, em 1980, restavam apenas 5 por cento de estabelecimentos sem pessoal contratado no muni-

cípio de Lomanto Júnior e 8,7 por cento em Gongogi. No outro extremo, em Teolândia, restavam 69,5 por cento. No entanto, com exceção de alguns municípios, os demais apresentaram reduções entre 1970 e 1980, sendo que em Lomanto Júnior e Gongogi essas foram superiores a 500 por cento.

Entre 1970 e 1975 observou-se um crescimento do percentual de estabelecimentos sem pessoal contratado em Almadina (86,2), Camacã (71,9), Ibirataia (34,4), Ilhéus (33,4), Teolândia (12,3), Gandu (10,2) Wenceslau Guimarães (9,7) e Itamari (3,2). Contudo, entre 1975 e 1980 a tendência, excetuando Itamari que apresentou novo acréscimo (2,1 por cento), se inverte. Em Almadina, por exemplo

Tabela 8. Percentuais de estabelecimentos sem pessoal contratado (familiares) nos municípios da Microrregião Cacaueira da Bahia, em 1970, 1975 e 1980.

Municípios	Anos e Diferenças			Diferença 1975/70	Diferença 1980/75	Diferença 1980/70
	1970	1975	1980			
Itajuípe	17.5*	16.2*	18.4*	-8,2	13,6	5,1
Almadina	23.2*	43.2	11.8*	86,2	-266,1	-96,6
Camacã	29.6*	50.9	43.7	71,9	-16,5	47,6
Barro Preto	32.6*	22.0*	5.0*	-48,2	-340,0	-552,0
Aurelino Leal	32.6	13.7*	17.7*	-138,0	29,2	-84,2
Coaraci	35.2	15.8*	23.2	-122,8	46,8	-51,7
Itabuna	36.6	17.0*	21.5*	-115,3	26,5	-70,2
Ilhéus	38.3	51.1	49.8	33,4	-2,6	30,0
Ipiaú	39.3	38.7	32.0	-1,6	-20,9	-22,8
Buerarema	40.3	26.1	60.9*	-54,4	133,3	51,1
Itapitanga	42.8	23.0*	24.7	-86,1	7,4	-73,3
Ibirataia	43.3	58.2	43.4	34,4	-34,1	0,2
Ibicaraí	43.9	38.9	51.5	-12,8	32,4	17,3
Barra do Rocha	45.0	44.5	38.6	-1,1	-15,3	-16,6
Gongogi	52.7	34.5	8.7*	-52,7	-296,6	-505,7
Gandu	52.7	58.1	53.2	10,2	-9,2	0,9
Uruçuca	52.9	41.7	26.8	-26,2	-55,6	-97,4
Itapé	53.5	31.3	51.7	-70,9	65,2	-3,5
Itamari	56.3	58.1	62.8*	3,2	8,1	11,5
Canavieiras	64.0	63.5*	50.4	-0,8	-26,0	-27,0
Ubatã	66.6	36.6	44.8	-82,0	22,4	-48,7
Belmonte	68.5*	39.8	31.2	-72,1	-27,6	-119,6
Itacaré	70.2*	66.5*	60.1*	-5,6	-10,7	-16,9
Ubaitaba	70.7*	36.3	58.0	-94,9	59,8	-21,9
W. Guimarães	73.0*	80.1**	58.8*	9,7	-36,2	-24,1
Teolândia	74.8*	84.0**	69.5*	12,3	-20,9	-7,6
Una	75.4*	46.1	48.4	-16,4	5,0	-55,8
Mascote	75.9*	50.4	54.9	-50,6	8,9	-38,7

$\bar{X}$ 1970: 50,3 $\bar{X}$ 1975: 42,4 $\bar{X}$ 1980: 40,1

dp 1970: 17,1 dp 1975: 18,6 dp 1980: 18,3

*Afastamento de mais de um a dois desvios-padrão da média.

**Afastamento de mais de dois a três desvios-padrão da média.

FONTE: Censos Agropecuários da Fundação IBGE 1970, 1975 e 1980.

observou-se uma redução de 266,1 por cento; em Camacá, essa redução foi de 17,5 por cento; em Ibirataia, 34,1 por cento; em Ilhéus, 2,6 por cento, em Teolândia, 20,9 por cento; em Gandu, 9,2 por cento; e em Wenceslau Guimarães a redução foi de 36,2 por cento.

Portanto, a variável “estabelecimentos sem pessoal contratado”, ou seja, sem assalariados, aponta mais uma vez para uma direção: a forma familiar de produção está perdendo espaços de forma progressiva, evidenciando o domínio e o predomínio crescentes da forma capitalista de produção.

CONCLUSÕES

Antes de qualquer coisa, cabe aqui reênfatizar que volume de produção, área possuída, nível tecnológico são bons indicadores, mas não para definir pequena produção. Esses critérios apontam para características, via de regra, encontráveis na pequena produção, embora não necessária e nem exclusivamente. O caráter singularizador da pequena produção deve ser buscado no interior da unidade social e de produção, ou seja, o critério que a torna inconfundível, radicalmente diferente das “outras produções”, é a natureza das relações de trabalho nela utilizado. Logo, fazem jus a essa expressão as unidades em que o capital e o trabalho constituem uma unidade e essa unidade é sagrada, no sentido de que nenhum outro critério se lhe equivale ou substitui como definidor. Nesse sentido, as políticas agrícolas ao estabelecerem taxas de juros para “pequenos produtores”, mas sem levar em consideração esse critério, acabam tratando de forma igual produtores diferentes, embora possam todos coincidir em termos de área, produção, nível tecnológico entre outras características externas, mas apenas nisto.

No tocante à sorte da (pequena) produção familiar, a realidade da Região Nordeste, da Bahia e das Microrregiões Homogêneas situadas a Sudeste do Estado da Bahia, mas particularmente as Microrregiões Cacaueira, Litorânea e Interiorana do Extremo Sul desse estado permite inferir que a mesma está sendo progressivamente eliminada, confirmando-se aqui as teorias que postulam seu desaparecimento na ordem capitalista em razão de uma série de fatores que concorrem para que tal viesse a acontecer, apontados anteriormente (item 4).

Inferre-se, também, que as demais microrregiões do Sudeste do Estado da Bahia, em que pese o efeito psicológico provocado pela notícia da Reforma Agrária e o esforço em implantá-la, deverão ter seguido e seguirão os passos da Cacaueira, que de uma perspectiva capitalista é aquela em que o processo de eliminação se encontra mais intenso e adiantado. Essa previsão vale também para os municípios que compõem essa microrregião. Nesse sentido, a heterogeneidade observada e sublinhada tenderá a desaparecer.

Em suma, está-se concluindo que a (pequena) produção familiar se deixada à sua própria sorte estará fadada à destruição na Microrregião Cacaueira e noutras Microrregiões da Bahia. Nesse sentido, esses resultados assumem o caráter de denúncia e de apelo a que se redirecione a política agrária e agrícola, a fim de que o produtor familiar, ainda sobrevivente, consiga se integrar efetivamente à sociedade, produzindo, consumindo e participando ativamente em tudo o que lhe diz respeito. Nisto, o poder público poderá vir a exercer um papel de crucial importância no destino dessa forma de produzir, – presente e com muita força noutros contextos sociais deste país e nos países desenvolvidos, embora esteja grandemente descaracterizada nesta região –, quer seja pela omissão, quer seja através de uma postura decidida e corajosa a seu favor ou, ainda, contra, acelerando, então, o processo de eliminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. 1977. O capitalismo e a renda fundiária; a dominação do capitalismo sobre a agricultura. In Vergapoulos, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s.p.
- ARROYO, V.J.R. et al. 1980. Aspectos de distribuição de produção e área de cacau do estado da Bahia. Ilhéus, BA, Brasil. CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico nº 75. 21p.
- CANETTI, E. 1983. Massa e poder. São Paulo, Melhoramentos, s.p.
- CHAYANOV, A. V. 1981. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In Graziano da Silva, J. e Stolcke, V., org. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, pp. 133–166.
- CROUCH, L.A. y JANVRY, A. 1979. El debate sobre el campesinato: teoría y significancia política. Estudios Rurales Latinoamericanos 2(3):282-295.
- FIBGE. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1973. Censo agropecuário – Bahia, 1970. Rio de Janeiro. (Censos Econômicos. Série Regional. v.3, t.13.).
- . 1980. Censo agropecuário – Bahia, 1980. Rio de Janeiro. (Censos Econômicos. Série Regional. v.2, t.3, nº 15.)
- GRAZIANO DA SILVA, J. 1982. O que é questão agrária. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, s.p.
- et al. 1983. Tecnologia e campesinato; o caso brasileiro. Revista de Economia Política (Brasil) 3(4):21-25.
- GRAZIANO NETO, F. 1982. Questão agrária e ecológica; crítica da moderna agricultura. São Paulo, Brasiliense, s.p.
- HELIER DA SILVA, O. 1986. Alguns comentários sobre o destino do campesi-

- nato em Marx. *Revista de Economia Rural (Brasil)* 24(1):101-116.
- LÊNIN, V.I. 1980. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. São Paulo, Brasil Debates. s.p.
- MANN, S.A. e DICKINSON, J.M. 1985. *Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista*. Porto Alegre, Brasil, PPGS/UFRGS. s.p. (datilografado).
- MARTINS, J. de S. 1980. *Expropriação e violência; a questão política no campo*. São Paulo, HUCITEC. s.p.
- MARTINS, J.V.S. 1981. *Os camponeses e a política no Brasil; as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, RJ. Brasil, Vozes. s.p.
- MARX, K. 1984. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural. v.1, t.2, cap. 233 e v.2.
- NIKOLITCH, R. 1962. Family and larger than family farms; their relative position in american agriculture. U.S.D.A., E.R.S., nº 4, nov. 1962 apud Mann e Dickinson (1985).
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. 1978. *Colonos do vinho*. São Paulo, HUCITEC. s.p.
- . 1981. A reprodução subordinada do campesinato. *Ensaio (Brasil)* 2(2):109-117.
- VERGOPOULOS, K. 1977. *Capitalismo disforme*. In AMIN, S. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. s.p.



INFORMAÇÕES AOS COLABORADORES

1. Serão aceitos para publicação artigos científicos e de divulgação técnica, relacionados com assuntos agronômicos e sócio-econômicos de interesse das regiões produtoras de cacau.

2. São da exclusiva responsabilidade dos autores as opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos. Contudo, à Comissão Editorial reserva-se o direito de sugerir ou solicitar modificações aconselháveis ou necessárias.

3. Os trabalhos deverão ser encaminhados em 3 vias (original e duas cópias) datilografadas em uma só face do papel em espaço duplo e com margens de 2.5 cm. O texto deverá ser escrito corridamente, sem intercalações de figuras e quadros, que feitos em folhas separadas, devem ser anexados ao final do trabalho, acompanhados das respectivas legendas.

4. As figuras (gráficos, desenhos, mapas ou fotografias) não deverão ultrapassar a medida de 18 x 20 cm. Os gráficos e os desenhos serão feitos com tinta nanquim em papel vegetal, as fotografias, somente aceitas em preto e branco, serão copiadas em papel brilhante com bom contraste, os mapas serão confeccionados no tamanho máximo de 40 x 50 cm e em escala adequada a receberem redução para 11,5 x 18 cm, espaço máximo a ser ocupado pela mancha da página.

5. Os quadros deverão ser explicativos por si mesmos, podendo ser datilografados em papel deitado no tamanho máximo de folha ofício.

6. Deverá ser evitada a duplicidade de apresentação de dados, isto é, a apresentação simultânea em gráficos e quadros, cabendo ao(s) autor(es) optar(em) por uma delas.

7. Os trabalhos de pesquisas deverão ser organizados seguindo o estilo científico: Título, Resumo, Introdução, Material e Métodos, Resultados, Discussão (ou a combinação dos dois últimos), Conclusões, Agradecimentos (quando for o caso) e Referências.

8. Aos trabalhos descritivos e monografias será reconhecida liberdade de estilo. Neste caso, contudo, o editor permite-se, quando necessário, proceder alterações para sanar falhas de estilo e especialmente evitar ambigüidades, consultando os autores em caso de dúvida. Qualquer que seja a forma de apresentação é indispensável a preparação de breve resumo do conteúdo do trabalho e sua tradução para o idioma inglês, a fim de compor o Abstract. Não se aceitam citações bibliográficas em notas de rodapé.

9. Deverão constar na primeira página, em chamada de rodapé, a qualificação profissional e endereço do(s) autor(es).

10. As citações bibliográficas no texto deverão ser feitas pelo sistema autor-ano. A Literatura Citada obedecerá a ordem alfabética dos nomes dos autores. Trabalhos de um mesmo autor serão citados na ordem cronológica das datas em que foram publicados, e quando do mesmo ano serão distinguidos acrescentando-se letras minúsculas ao número indicativo do ano (a, b, c etc.). Trabalhos até de três autores serão citados pelos nomes de todos, e de quatro ou mais, pelo nome do primeiro, seguido de et al., e o ano.

